



# GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

LEI N.é 776/2015 - 28 de outubro de 2.015.

“Dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar – CAE e revoga a Lei N 337, de 16 de agosto de 2000 e dá outras providências.”

**SAMIR REDONDO SOUTO**, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

### DO CONSELHO

Art. 1 - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE – com a finalidade de assessorar a entidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – junto aos estabelecimentos de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e às entidades educacionais subvencionadas pelo Município, motivando a participação dergos públicos e da comunidade na execução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II - zelar pela qualidade dos alimentos em todos os níveis, desde a aquisição até a distribução, observando sempre as boas práticas higinicas e sanitárias, bem como  aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

III – analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela EEX, contido no sistema de gestão conselhos – SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;

IV – analisar a prestação de contas do gestor conforme os arts. 4, 5 e 46 da Resolução CD/FNDE N 26, de 17 de junho de 2013 e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;

V – comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas,  Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e aos demaisrgo de controle



# GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VI – fornecer informaoes e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;

VII – realizar reunio especifica para apreciação da prestação de Contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

VIII – elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Resolução;

IX – elaborar o Plano de ação do ano em curso e/ou subsequente e a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previso de despesas necessárias para o exercício de suas atribuioes e encaminhá-lo  EEx antes do início do ano letivo.

**Art. 2** Os cardápios do Programa de Alimentação Escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE –, com utilização de gneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

**Art. 3** O Conselho de Alimentação Escolar – CAE – será constituído por 7 (sete) membros, com a seguinte composição:

I - 1 (um) representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 2 (dois) representantes das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, devendo uma vaga representar os docentes, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;



# GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associaes de pais e mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

 1 Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado.

 2 Somente poderá ser indicado como membro representante dos discentes pessoa maior de 18 (dezoito) anos de idade ou emancipada.

 3 Nomeação dos Conselheiros do CAE será feita por ato oficial, emitido pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica do Município.

## CAPÍTULO III

### DO EXERCÍCIO DO MANDATO

**Art. 4** O exercício de mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

 1 Os membros tero mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

 2 O Presidente será eleito ou destituído pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CAE, presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim e terá mandato também de 4 (quatro) anos.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIOES FINAIS

**Art. 5** O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual; e

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

**Art. 6** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 7 Revogam-se as disposies em contrário, especialmente a Lei n 337, de 16 de agosto de 2000.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

**SAMIR REDONDO SOUTO**  
Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PRRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

**WELITON FERNANDO VERONEZI**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças